

INTRODUÇÃO

1 O presente estudo tem como tema a análise linguístico-discursiva da versão portuguesa de três textos jurídicos da legislação de Afonso X: *Primeyra Partida, Foro Real e Flores de Dereyto*¹. Estas versões não estão muito afastadas no tempo, pelo que é legítimo considerá-las como pertencendo a uma mesma sincronia, correspondente ao primeiro período do português medieval, o período galego-português².

Centrarei a minha análise na estruturação e funcionamento destes textos — ou dos discursos neles patentes —, recorrendo a elementos teóricos e instrumentos metodológicos que se inscrevem genericamente na Pragmática Linguística, tendo necessariamente em consideração as suas conexões com a Análise do Discurso, as Teorias da Argumentação e a Linguística de Texto. Não deixo entretanto de atender a aspectos de evolução linguística, propondo elementos de descrição e explicação de alguns morfemas — escolhidos de acordo com a relevância que obtêm no tipo de textos em apreciação — que evidenciam derivas formais ou funcionais.

Esta investigação situa-se, portanto, no ponto de intersecção entre o interesse pela história da língua e a preocupação de análise de estruturas discursivas e das dimensões accional e intersubjectiva da linguagem. A intersecção destes dois aspectos parece ser fecunda para a análise do *corpus* em estudo: poderá dar um contributo para o conhecimento das dimensões referidas tal como se concretizam no discurso jurídico da Idade Média e, simultaneamente, contribuirá para esclarecer algumas estruturas e formas específicas da língua portuguesa nos séculos XIII e XIV e aspectos da sua evolução.

No seu todo, o trabalho releva mais exactamente da Pragmática Histórica³, que representa uma aproximação teórico-metodológica relativamente

recente em Linguística Histórica e constitui mesmo uma das primeiras tentativas de estudo de textos jurídicos medievais nesta óptica. O alargamento dos estudos linguísticos à relação entre a linguagem e os contextos — perspectiva basicamente definidora, como se sabe, da Pragmática Linguística — não poderia deixar de ter repercussões na Linguística Histórica. A Pragmática Histórica apresenta-se justamente como área de investigação interdisciplinar que cruza os domínios teóricos da Pragmática Linguística e da Linguística Histórica.

Clarinda MAIA refere-se, num artigo fundamental de 1995, a essa abertura teórico-metodológica como sendo muito positiva e desejável:

Nesta viragem de século, quando a Linguística histórica volta a ocupar uma posição de primeiro plano, depois de várias décadas de predomínio da linguística sincrónica, ela tem vindo progressivamente a integrar novos conceitos teóricos, nomeadamente os que são peculiares de duas disciplinas linguísticas relativamente recentes, a Sociolinguística e a Pragmática. Não só se tem assistido à comunicação entre as construções teóricas destas duas áreas disciplinares e os aspectos da história de várias línguas, nomeadamente das línguas românicas, como se tem vindo mesmo a configurar uma Sociolinguística histórica e se entrevê também a possibilidade de uma Pragmática histórica. (MAIA, 1995: 3-4)

Os conceitos e métodos desenvolvidos na Pragmática Linguística podem efectivamente enriquecer a metodologia da Linguística Histórica, contribuindo, nomeadamente, para um necessário alargamento das perspectivas de análise de textos do passado. Mas a ampliação do âmbito da análise pragmática pela sua aplicação a textos de sincronias mais remotas não pode fazer-se sem o contributo do trabalho filológico de edição desses textos que possa torná-los acessíveis. Os textos a analisar têm que ter fiabilidade filológica e, por isso, só esse longo trabalho escondido subjacente à edição de manuscritos permite que se possa passar à etapa mais visível que é a da sua análise.

No caso concreto do trabalho de investigação que desenvolvo desde há anos sobre textos jurídicos medievais⁴, ele só foi possível por estarem disponíveis edições das versões portuguesas da *Primeyra Partida*, do *Foro Real* e das *Flores de Dreyto*. Tenho, pois, que considerar essas edições⁵ — fruto do labor exaustivo, sério e rigoroso de José de AZEVEDO FERREIRA — o alicerce indispensável para a construção do projecto de análise textual/discursiva de textos medievais que está na base do presente trabalho⁶.

2 Os textos jurídicos medievais têm sido objecto de um significativo número de análises, em que predominam os estudos realizados por historiadores e historiadores do direito. Tem sido afirmado por investigadores de diversas áreas que o texto jurídico medieval apresenta uma enorme riqueza de materiais para análise, sendo um espaço em que se cruzam os mais variados aspectos da vida na Idade Média. Assim, os historiadores parecem particularmente interessados em detectar nos textos a inscrição de marcas que definem as instituições e as conexões entre estas, como por exemplo: as relações hierárquicas e de poder entre os grupos sociais; a figura régia em pleno exercício da autoridade jurídica e legislativa; o delinear de uma imagem do poder régio. Os historiadores do direito, por sua vez, registam e analisam o pensamento jurídico ancorado num determinado período, tal como foi capturado nos diferentes textos e procedem ainda, frequentemente, a um estudo das fontes detectáveis nos textos analisados.

Para o linguista, estes textos representam uma sincronia do passado, um sistema linguístico simultaneamente análogo e diferente do da sincronia do presente. Para além da descrição desse sistema, é possível analisar as transições que atravessou. Mas o interesse do estudo linguístico destes textos é substancialmente acrescido se forem perspectivados como exemplares de um tipo de discurso — jurídico — que traduz um sistema deontico em relação com uma ideologia, com uma mentalidade. A complexidade deste discurso resulta em particular de ser o lugar da intersecção de dois planos: por um lado, o de um mundo “real”, actual, da argumentação e prevenção de contradiscursos e, por outro, o de um mundo “virtual”, eventual,

constituído por cenários de aplicabilidade da lei. É isto mesmo que sobressai, do meu ponto de vista, nos textos em estudo, que serão abordados também na sua historicidade.

O estudo da unidade texto/discurso não tem sido muito frequente no âmbito da Linguística Histórica, que se tem ocupado sobretudo de unidades menos extensas: fonema, palavra, frase, ou seja, tem realizado estudos de fonologia, morfologia, léxico e também, embora em menor escala, de sintaxe e semântica. As dimensões textuais foram sobretudo objecto dos Estudos Literários. A Linguística não se tem ocupado, em geral, da evolução das formas textuais e dos géneros discursivos. Quando, no âmbito da Pragmática Linguística, da Análise do Discurso e da Linguística Textual, as dimensões textuais/discursivas foram englobadas na reflexão e caracterização praticadas pela Linguística, o seu estudo foi encarado numa perspectiva estritamente sincrónica. Mas é legítimo supor que as formas de organização textual-discursiva possam também ser estudadas numa perspectiva diacrónica e que, em relação a textos do passado, possa ser feito o estudo das relações entre o uso da linguagem e os contextos, isto é, que a comunicação construída nesses textos possa ser descrita em termos de fenómenos pragmáticos.

É nesta perspectiva de análise que se insere o presente trabalho, procurando dar continuidade ao projecto de aplicar um conjunto de propostas teóricas recentes a textos do passado. Tal projecto, que em parte concretizei já em diversas publicações sobre as dimensões deónticas e argumentativas de textos jurídicos medievais em português, situa-se no cruzamento entre as duas áreas principais da minha actividade de investigação e ensino, ao longo de vinte anos: o ensino teórico e prático de História da Língua Portuguesa, em particular com textos do período medieval, e a investigação no âmbito da Pragmática Linguística, Análise do Discurso, Teoria da Argumentação na língua e Linguística de Texto.

A minha análise visa o estudo de dados linguísticos históricos, relacionando explicita e sistematicamente a situação específica em que esses dados foram produzidos, atendendo aos meios linguísticos que preenchem

certas funções e realizam particulares intenções do Locutor. Conjugando aspectos das orientações teóricas acima referenciadas, estabeleço alguns critérios metodológicos que me parecem susceptíveis de dar conta da especificidade discursiva e da estruturação textual do discurso jurídico medieval. Essa metodologia, já experimentada em publicações anteriores⁷, na análise de excertos menos extensos, foi parcialmente revista, desenvolvida e aperfeiçoada, mas as orientações de conjunto mantêm-se globalmente válidas e são adoptadas no presente trabalho para a análise de um *corpus* mais extenso de textos.

3 Como já referi, este estudo inscreve-se fundamentalmente no quadro da Pragmática Histórica. Pode-se afirmar que “Pragmática Histórica” foi uma designação encontrada (não sem algumas hesitações, como se verá adiante) para uma vasta área de investigação interdisciplinar que começou a delinear-se na Linguística alemã a partir de 1980. Gunter PRESCH, num artigo em que analisa os problemas inerentes à fundação de uma Pragmática Histórica (PRESCH, 1981), identifica um problema teórico que se encontra no centro da própria definição dessa disciplina e que refere como o “problema da integração das perspectivas”: os estudos de Pragmática Histórica devem ser perspectivados como sincrónicos ou como diacrónicos?

Por outras palavras: a análise pragmática incide sobre o uso linguístico numa sincronia do passado, descrevendo como era usada a língua nesse período, tal como aparece nos textos ou, em alternativa, incide sobre o desenvolvimento e evolução de elementos linguísticos, sobre a mudança observável em textos de circunstâncias históricas diferentes?

3.1 Um pouco da “história” da Pragmática Histórica poderá ajudar a ilustrar este ponto. Nas diversas tentativas de lançar os fundamentos e delinear o campo de investigação da referida disciplina encontramos, desde o início, uma dupla interpretação/orientação que radica no debate da questão acima enunciada. Note-se, por exemplo, que na obra *Ansätze zu einer pragmatischen Sprachges-*

chichte [Contributos para uma História da Língua pragmática], organizada por Horst SITTA em 1980, figura o artigo programático de Dieter CHERUBIM, “Zum Programm einer Historischen Sprachpragmatik” [Para o Programa de uma Pragmática Linguística Histórica] (1980), em que está patente a hesitação entre as designações “História da Língua pragmática” e “Pragmática Linguística histórica”. No seu artigo de 1981, já antes referido, Günter Presch faz notar que uma tal diferença na terminologia não é acidental: “mas a expressão para o ponto de partida escolhido da integração de análise linguística histórica e do sistema das perspectivas diacrónica e sincrónica da investigação [sondern ausdrück für den gewählten ausgangspunkt der integration von historischer und systematischer sprachuntersuchung für die integration diachronischer und synchronische untersuchungsperspektive]” (PRESCH, 1981: 231).

Segundo este autor, a integração das perspectivas da Linguística Histórica e da Pragmática Linguística pode portanto ter dois sentidos: ou a Linguística Histórica se torna “pragmática” ou a Pragmática Linguística se torna “histórica”.

Para esclarecer as diferenças de aproximação possível parece oportuno delimitar o escopo destas duas perspectivas.

Assim, quando se aplica uma perspectiva pragmática à Linguística Histórica descreve-se o desenvolvimento de uma língua ou a mudança linguística sob alteração de circunstâncias; logo, a descrição está focalizada na mudança linguística.

Em alternativa, quando se alia uma dimensão histórica à Pragmática, investiga-se o uso da língua no passado. A tarefa da pragmática histórica consiste em descrever as convenções do discurso que eram efectivas em estados linguísticos do passado. Esta Pragmática Histórica está focalizada no uso linguístico. Mas note-se que fornece dados sobre esse uso linguístico do passado que podem ser relevantes para a análise da mudança linguística.

Na obra colectiva *Historical Pragmatics*, organizada por Andreas JUCKER (1995), em que é feita já uma perspetivação global da evolução da disciplina,

Andreas JACOBS e Andreas JUCKER (1995) tentam clarificar o problema da distinção entre estas duas abordagens possíveis do estudo pragmático de textos de estados linguísticos do passado, propondo duas designações distintas para as duas diferentes perspectivas: Pragmafilologia (“Pragmaphilologie”) e Pragmática Diacrónica.

A Pragmafilologia — que estes autores consideram a Pragmática Histórica propriamente dita — é a perspectiva de estudo e descrição dos aspectos textuais e contextuais de textos históricos, incluindo nomeadamente a relação entre Locutor e Alocutário, o objectivo do texto e as condições de produção e recepção.

A Pragmática Diacrónica é a perspectiva que está focalizada na evolução do inventário linguístico e seu uso comunicativo através de diferentes estádios da mesma língua. Na Pragmática Diacrónica há ainda a distinguir dois sub-tipos. Um que toma como ponto de partida uma forma linguística para investigar a alteração dos sentidos discursivos do elemento escolhido para observação, definido como “*form-to-function mapping*” diacrónico. Um outro que toma como ponto de partida funções discursivas (como, por exemplo, determinado acto ilocutório) para investigar as diferentes realizações formais dessa função ao longo do tempo; este sub-tipo é designado como “*function-to-form mapping*” diacrónico⁸.

3.2 Seria longo enumerar aqui os trabalhos agrupados sob as designações e perspectivas de investigação acabadas de apresentar. Limito-me a referir que os trabalhos de Pragmática Histórica (ou Pragmafilologia) se debruçam sobre tipos específicos de textos de que descrevem a estruturação discursiva, como, por exemplo, textos escolares (gramáticas), manuais de ensino, testamentos, textos jurídicos⁹, cartas, e também textos literários medievais e renascentistas (e de outras sincronias). Grande parte dos trabalhos efectivados ao longo da década de 90 têm por objecto o estudo de textos da história do inglês¹⁰.

No âmbito da Linguística Românica alemã tem tido grande divulgação, mais recentemente, uma orientação teórico-metodológica de análise pragmática de textos do passado em que se destacam, entre outros, os nomes dos linguistas Daniel JACOB e Johannes KABATEK, e que promove o estudo dos géneros discursivos numa perspectiva histórica, com a designação de *tradições discursivas*, definidas como

moldes histórico-normativos, socialmente establecidos, que se respetan en la producción del discurso. A través de estas categorías, cada discurso, y de ahí cada texto histórico, no sólo forma parte de una lengua determinada (o de varias lenguas) sino que se sitúa dentro de una filiación intertextual, constituida por una serie de elementos repetitivos, tanto en el plano de los “entornos” (constelaciones situacionales, mediales o institucionales) como en el plano de las formas detectables en la superficie del texto mismo. (JACOB/KABATEK, 2001: VIII)

A Pragmática Diacrónica incide, como já foi referido, sobre uma forma ou função de que se segue o percurso evolutivo. Pode considerar-se que os estudos de pragmática diacrónica deram um novo impulso à explicação e análise do processo de evolução designado como gramaticalização, estudado já por Antoine MEILLET que, em 1912 se referiu à atribuição de carácter gramatical a palavras que eram anteriormente autónomas¹¹, ou seja, à atribuição de significados gramaticais a elementos lexicais¹².

4 Há ainda a considerar um problema metodológico sempre presente no estudo de textos de sincronias do passado — o problema dos dados. Como acentua William LABOV:

Historical Linguistics can then be thought of as the art of making the best use of bad data. The art is a highly developed one, but there are some limitations of the data that cannot be compensated. [...] We usually know very little about the social position of the writers, and not much more about the social structure

of the community. Though we know what was written, we know nothing about what was understood [...]. (LABOV, 1994: 11)

No caso da Pragmática Histórica esse problema dos dados agudiza-se, uma vez que a metodologia pragmática foi aplicada sobretudo à análise de textos actuais (orais e escritos), inseridos no seu contexto empírico (cf. BAX, 1983), e terá que ser adaptada à análise de dados (escritos) de sincronias do passado, cuja inserção contextual só indirectamente pode ser determinada¹³. As hipóteses analítico-descritivas formuladas pela Pragmática Histórica não poderão ser empiricamente sustentadas; é preciso, assim, encontrar informações — que, por vezes, se revelam escassas — sobre o contexto histórico e social dos textos. Essas hipóteses da Pragmática Histórica serão, então, sustentadas por procedimentos analógicos, aproximativos, como, por exemplo, a reconstituição por conjectura do quadro em que se movem Locutor e Alocutário.

Alguns autores, como é o caso de Christian STETTER, defendem mesmo que a teoria dos actos de discurso não pode ter uma dimensão histórica¹⁴, uma vez que é impossível apercebermo-nos do exacto sentido que o Locutor dá ao enunciado. Assim, segundo este autor, a descrição dos fenómenos discursivos, num texto do passado, só se contiver um performativo explícito poderá dar conta da dimensão subjectiva em conexão com um acto discursivo dependente da situação.

Edda WEIGAND defendia, já em 1988, que, sendo a teoria dos actos ilocutórios proposta como base para a descrição pragmática, ela deve ser tomada como principal instrumento metodológico na análise da Pragmática Histórica (WEIGAND, 1988: 160). Também Heinz BERGNER (1992), num artigo em que estuda aspectos relevantes da produção e recepção de textos medievais, precisa que, pelo menos no que respeita à Idade Média, os actos ilocutórios são frequentemente assinalados pela presença de verbos performativos.

Em relação à utilização desta metodologia, Andreas JACOBS e Andreas JUCKER (1995) salientam a importância de conhecer tão precisamente quanto possível as circunstâncias dos enunciados para enquadrar a intenção do

Locutor, porque com alguma frequência os actos discursivos não estão explicitamente marcados. Há, com efeito, certos aspectos da investigação que podem contornar a dificuldade de lidar com textos (escritos) do passado, como, por exemplo, a escolha cuidada de textos específicos de que se conhece a tradição, a função, a intenção do Locutor e o tipo de acção que representam.

No caso do presente trabalho, e para o tipo de análise proposto, o *corpus* pode levantar alguns problemas deste tipo. O contexto da Península Ibérica no período medieval nem sempre é de acesso fácil, o que não favorece a reflexão sobre as condições de produção-recepção dos discursos, nem sobre a formação sociodiscursiva neles envolvida. No entanto, os textos jurídicos aqui analisados contêm, em si mesmos, elementos do quadro situacional e das condições de enunciação que permitem largamente a reconstituição das condições de produção e interpretação. É bem sabido, aliás, que todos os textos — e, portanto, também os do passado — contêm índices suficientes e seguros de aspectos centrais da sua contextualização e da interacção que neles tem lugar.

No discurso jurídico legislativo de que me ocupo, a análise dos actos discursivos é particularmente pertinente. Este tipo de textos manifesta uma accionalidade própria, inscreve-se num cenário ideológico específico: o de um discurso de uma instância de Poder. Apresenta, portanto, uma dimensão ilocutória e perlocutória dominante que o configura em termos genéricos como discurso de Autoridade e que se traduz em actos ilocutórios directivos, frequentemente com presença explícita de verbo ilocutório ajustado, correntemente concretizado como performativo.

Para além dos problemas referidos, acresce um problema específico do *corpus* que utilizo, por ser constituído por versões portuguesas de textos castelhanos. O facto de se tratar de traduções poderá, em alguma medida, afectar o valor documental do *corpus*? A questão põe-se de modo diferente para cada um dos tipos de análise que me proponho fazer.

Ao nível da análise do funcionamento discursivo/textual, que é predominante no meu trabalho, tal facto não é relevante. É sabido que os géneros de discurso e seu funcionamento ultrapassam as fronteiras linguísticas. Por isso se fala de formações discursivas, no plano sincrónico, ou de tradições discursivas no plano diacrónico, como relativamente independentes de cada língua¹⁵, dadas as suas constitutivas intertextualidade e interdiscursividade.

Já no que toca ao estudo mais estritamente linguístico dessas traduções, procurei ter em conta eventuais interferências do original castelhano que poderiam afectar a validade dos textos como documento de uma fase da língua galego-portuguesa. No âmbito das análises do funcionamento e evolução de alguns elementos linguísticos (nomeadamente conectores), procurei verificar, em confronto com o original castelhano, como tinha sido feita a tradução destes morfemas¹⁶.

5 Este estudo dará lugar às duas perspectivas que vimos serem consideradas na Pragmática Histórica e que não são incompatíveis. Procurarei dar conta da sua complementaridade, mostrando que se podem cruzar: os dados obtidos na análise textual-discursiva permitem descrever o significado (o uso) dos elementos linguísticos que se revela fundamental para a determinação do seu valor em comparação com outras sincronias, ou seja, para detectar variação e eventuais movimentos de evolução linguística que afectem diversas categorias.

Para a análise de um *corpus* extenso de textos do período medieval parece-me, pois, defensável uma metodologia ampla, abrangente, que proceda, por um lado, à descrição/explicação do uso da língua numa sincronia e, por outro, estude a mudança linguística em curso, quando observável.

Ou seja, nenhuma das duas perspectivas delineadas no âmbito da Pragmática Histórica exclui a outra, surgindo ambas, nitidamente, como complementares. E é como complementares que serão exploradas no meu trabalho.

5.1 A primeira dessas vertentes orienta-se para a descrição da organização e do funcionamento do discurso nos textos legislativos medievais que constituem o *corpus* de análise.

5.1.1 Importa registar que na configuração compositiva dos discursos em estudo se verifica que a uma efectiva intenção directiva, correspondente à enunciação de disposições legislativas, se aliam quer uma intenção de argumentar e de persuadir, quer ainda, se bem que não em todos esses discursos nem na mesma extensão e insistência em cada um deles, um propósito de informar, de explicar e mesmo de ensinar.

Deste modo, o discurso legislativo constitui-se nestes textos como, por um lado, o que designo de *discurso legislativo expositivo* — de teor prescritivo e não prescritivo — e, por outro, como o que classifico de *discurso legislativo justificativo*, que basicamente realiza um adequado enquadramento daquele primeiro. É marcante a heterogeneidade discursiva destes textos, em que coabitam e interagem diferentes modalidades ou tipos de discurso que se articulam de modos diversificados e em que, por outro lado, se fazem ouvir de modo continuado e insistente diferentes vozes — o que ocasiona uma bem evidente heterogeneidade enunciativa.

5.1.2 A caracterização e análise destes discursos englobam também a consideração das intenções comunicativas que presidem à sua produção e à sua “audiência” ou “destinação”, ou seja, a consideração das condições típicas da sua produção e recepção.

Há certamente neste período um conjunto de prescrições normativas que regulamentam o uso da língua e enquadram as enunciações em função das suas condições de produção-recepção; no caso do discurso jurídico, são particularmente relevantes as relações institucionais e interpessoais.

Interessa sublinhar que estes textos, como todos os outros, constituem uma instância de interacção social historicamente situada e mesmo determinada — o que suscita que o seu estudo atenda às condições da sua

produção-recepção, nas suas diversas coordenadas: interdiscurso, formação sociodiscursiva, imagens do Locutor e do Alocutário.

A análise destes textos como práticas discursivas encara-os também como pertencendo a um género particular — discurso jurídico/legislativo —, que remete para uma situação de interação específica que não deixa de impor limites às componentes da textualidade. Como escreve Jean-Michel ADAM:

*[...] un genre de discours est caractérisable certes par des propriétés textuelles
[...] mais surtout comme une interaction langagière accomplie dans une
situation d'énonciation impliquant des participants, une institution, un lieu,
un temps et les contraintes d'une langue donnée [...]. (ADAM, 1999: 36)*

As produções discursivas que nos ocupam enquadram-se num conjunto de textos da corte de Afonso X que se afirmam como diferentes e inovadores em relação a anteriores formulações legislativas. Alguns destes textos jurídicos são os primeiros do seu género na Hispânia medieval, e há razões para crer que se integram numa política de centralização do poder régio. Deve proceder-se, nomeadamente no que respeita à estruturação textual-discursiva, ao levantamento das características comuns observadas no *corpus* que, em parte, constituem elementos próprios de um género específico, de uma prática discursiva histórica e socioculturalmente determinada e que, em parte também, afirmam estes textos como inovadores em relação a anteriores do género jurídico legislativo. Revela-se pertinente, neste domínio, discutir o problema de saber se existe uma norma ou se se trata, de facto, de textos que iniciam uma tradição discursiva e que podem, em certa medida, “deslocar” ou mesmo “construir” um género do discurso jurídico medieval.

5.1.3 A presença do Locutor — elemento de particular relevância na caracterização enunciativa dos produtos verbais — revela-se de múltiplos modos nestes discursos.

Interessa anotar, a este respeito, um primeiro aspecto: os discursos em estudo revelam um *ethos* do Locutor em que avulta, à partida, uma saliente dimensão de legitimidade — a legitimidade da instituição régia para legislar, no caso do *Foro Real* e da *Primeyra Partida*, e a legitimidade construída sobretudo sobre a competência específica de “mestre em leis” do Locutor Jacob de Junta, no caso das *Flores de Dereyto*.

A este primeiro aspecto há que acrescentar um outro: é que aquele *ethos pré-discursivo* — que, como aponta Ruth AMOSSY (1999: 147) “fait partie du bagage doxique des interlocuteurs, et est nécessairement mobilisé par l'énoncé en situation.” — é fortemente ampliado por um *ethos* constituído no próprio discurso (*ethos discursivo*), aí adquirindo um relevo e uma relevância muito particulares.

Por outro lado, os textos não constroem apenas a imagem do Locutor — constroem também, e dão a conhecer, uma imagem do Alocutário, e da relação Locutor-Alocutário, imagem que intervém na construção do texto/discurso e faz parte do sentido nele configurado.

A análise atenderá, pois, à dimensão de intersubjectividade operante nos discursos, tendo naturalmente em conta a interacção Locutor-Alocutário, com destaque para as “influências recíprocas” que entre eles se dão. Citando Joaquim FONSECA:

A actividade discursiva é uma actividade partilhada e co-gerida pelo Locutor e Alocutário, revelando-se o discurso como co-construção [...]. O discurso é concebido como decisivamente enformado por um dialogismo profundo — produto (tal como o sentido) de uma continuada negociação e de influências recíprocas entre locutor e alocutário. (FONSECA, 1994b: 120-121)

Neste domínio, está particularmente em foco a necessidade de o Locutor se adaptar ao seu auditório, em função dos valores, crenças e saberes (sobre o mundo e também sobre os próprios discursos) que lhe atribui — o que,

na verdade, recorta uma matizada interdependência entre as duas instâncias discursivas. Como refere ainda Joaquim FONSECA:

[...] o Alocutário, pelos constrangimentos que representa a imagem que dele faz o Locutor e pela antecipação que este realiza da interpretação que ele atribuirá ao seu discurso, exerce um controlo alargado e permanente sobre a produção — controlo que o Locutor aceita e integra nessa produção.
(FONSECA, 1994a: 91)

5.1.4 Aos aspectos focados, convém acrescentar a observação de que a construção da imagem do Alocutário é consistente com as estratégias discursivas utilizadas pelo Locutor, designadamente na ordem argumentativa. Em particular, os movimentos discursivos de acreditação do Locutor e de persuasão/convencimento do Alocutário recorrem ajustadamente a elementos de carácter racional — envolvendo raciocínios de causa a efeito e raciocínios de teor analógico, muitas vezes assentes no uso de variadas comparações que em muito se servem do conhecimento do mundo — e a elementos de natureza emocional/passional. Os primeiros recortam um acentuado *logos* e os segundos desenharam um *pathos* marcado, sendo um e outro adequadamente jogados no discurso de acordo com as disponibilidades atribuídas ao Alocutário no domínio dos saberes e das emoções/paixões.

5.1.5 A organização interna dos discursos jurídicos aqui analisados põe em acção estratégias variadas a que o Locutor recorre para a adequada gestão do espaço textual/discursivo — ao nível macroestrutural e também microestrutural. Esta gestão orienta-se também, e nitidamente, para facilitar a boa recepção e interpretação dos discursos.

5.2 A segunda vertente da investigação em Pragmática Histórica, que também explorarei, diz respeito, como já assinalai, à descrição e explicação

da deriva formal ou funcional de alguns morfemas, à análise do traçado do percurso diacrónico de uma forma ou função, sob as modalidades de “*form-to-function mapping*” (“traçado de percurso de forma-a-função”) ou de “*function-to-form mapping*” (“traçado de percurso de função-a-forma”) diacrónicos.

Neste domínio, ocupar-me-ei do estudo dos conectores argumentativos e de outros organizadores textuais, sempre que se observe que os morfemas estão envolvidos numa evolução em curso.

6 Tendo apresentado o objecto, os objectivos e o enquadramento teórico do trabalho — propondo percursos de análise que tentam relacionar a Linguística Histórica com a Pragmática Linguística, a Análise do Discurso, as Teorias da Argumentação e a Linguística de Texto —, é tempo de explicitar o plano que seguirei na exposição.

No capítulo 1 — OS TEXTOS E OS SEUS CONTEXTOS — será feita uma apresentação de cada um dos textos que constituem o *corpus* e uma primeira descrição, breve, da sua estruturação linear, referindo as respectivas divisões e subdivisões e os aspectos fundamentais das temáticas tratadas. No sentido de uma necessária contextualização histórica, será depois delineado o cenário histórico-jurídico que envolve a produção dos textos legislativos de Afonso X e a sua tradução e divulgação na Península Ibérica. A consideração do contexto linguístico permitirá, por fim, uma avaliação e justificação da relativa homogeneidade linguística dos textos do *corpus* pelo seu enquadramento numa mesma sincronia — o primeiro período histórico da língua portuguesa, o período galego-português.

No capítulo 2 — DIMENSÕES DE ORDEM COMPOSICIONAL DO DISCURSO — será analisada a organização macro-estrutural dos textos que constituem o *corpus* e serão focados os aspectos mais salientes das estratégias neles utilizadas para gerir textos de grandes dimensões — estratégias que são em parte normativas, convencionais e em parte específicas. A descrição incluirá, em

momento oportuno, *tabelas*, que pretendem explicitar, de modo condensado e numa perspectiva de conjunto para cada texto, as estruturas de organização sequencial, de planificação e de composição que os três textos evidenciam.

Serão igualmente considerados aspectos relevantes da configuração dos textos das leis, tentando-se captar e caracterizar indicações ou marcas relativas a aspectos de carácter composicional. Trata-se de focar ligações entre leis contíguas (mas também, embora menos frequentemente, entre leis não contíguas), que asseguram, fundamentalmente, a necessária coesão do desenvolvimento do texto. São também frequentes, nos textos das leis, referências à segmentação de temáticas — tópico que será igualmente objecto de reflexão e análise.

A configuração interna do texto da lei será também considerada de perto, em ordem sobretudo a recortar e caracterizar a sua estrutura regular ou típica, em que se reconhecem os seus diversos momentos constitutivos. Entre uma considerável diversidade de soluções, há paradigmas que se repetem, e que interessa apreender — sendo que, na sua natureza em alguma medida formular, se efectiva em parte o carácter formal do discurso dos textos jurídicos em estudo.

No capítulo 3 — O DISCURSO LEGISLATIVO EXPOSITIVO — será proposta uma análise do discurso legislativo propriamente dito — o *discurso legislativo expositivo* — que se distribui por duas vertentes, uma de teor prescritivo e outra de teor não prescritivo.

No que respeita à vertente de teor prescritivo — que é preponderante na *Primeyra Partida* e nas *Flores de Dereyto* e exclusiva no *Foro Real* —, a análise parte da consideração de aspectos gerais e comuns aos vários textos para, num segundo momento, focar cada um deles em separado. A descrição contempla os modos de realização dos actos directivos (nas *Flores de Dereyto* surgem como não impositivos) que traduzem as disposições legislativas e também os respectivos destinatários. São levantados os diferentes esquemas construcionais a que são referidas as realizações concretas

do corpo central das prescrições, com a anotação e descrição das variantes mais frequentes ou mais significativas. É dado particular relevo à natureza condicional dos actos injuntivos e à insistente presença de verbos jussivos e indicadores de carácter psicológico e modal — uns e outros actualizados frequentemente como elementos introdutores da formulação das leis.

A análise socorre-se de quadros que representam em conjunto as diferentes variáveis — cujas ocorrências são quantificadas — caracterizadoras do discurso legislativo prescritivo.

Como em outros momentos do trabalho, também aqui a *Primeyra Partida* merece um tratamento mais alargado, dada a assinalável extensão do texto e a sua elaboração mais complexa e fina. Na área em referência, a do discurso legislativo de carácter prescritivo, o texto da *Primeyra Partida* apresenta traços e modos de realização particulares, que serão tratados com o conveniente desenvolvimento.

A par da zona de teor prescritivo, o discurso legislativo expositivo contém também, como acima ficou indicado, na *Primeyra Partida* e nas *Flores de Dereyto*, uma área de carácter não prescritivo.

Nas *Flores de Dereyto*, esta área respeita a segmentos de natureza assertiva em que se realizam traduções entre o romance ou “linguagem” e o latim — traduções que proporcionam a transmissão de uma nomenclatura, de uma terminologia latina técnica, própria da linguagem do Direito.

Na *Primeyra Partida*, é reconhecível uma dupla zona de natureza não prescritiva, relativa à introdução, por um lado, de terminologia e, por outro, de informações e de ensinamentos relevantes para o conhecimento do direito e sua aplicação segura e adequada. Estes dois sub-domínios são descritos nos seus elementos centrais e será feita a avaliação do seu significado e alcance no que toca à afirmação da *Primeyra Partida* como um texto marcado por uma preocupação de rigor, de explicitude e de ensinamento. Será dado particular relevo a segmentos actualizados como actos assertivos declara-

tivos de teor definatório e de realização característica que, no seu conjunto, recortam o que designo como *discurso legislativo doutrinal*.

No termo deste capítulo, serão produzidas algumas notas complementares sobre a realização linguística do discurso legislativo expositivo, notas que se juntam a outras oportunamente introduzidas ao longo da descrição e que se aplicam em particular a assinalar os valores e o funcionamento dos morfemas *e*, *mais*, *outrossy* e *pero*, que operam em expansões ou extensões do núcleo do corpo das leis.

O capítulo 4 — O DISCURSO LEGISLATIVO JUSTIFICATIVO — debruça-se sobre o discurso que se projecta em articulação com o discurso legislativo expositivo, considerado no capítulo anterior. Trata-se globalmente de um discurso justificativo — daí a designação de *discurso legislativo justificativo* —, que é predominantemente realizado em actos de natureza assertiva, cumprindo uma função de explicação-justificação. A sua articulação com o discurso expositivo, segue padrões diversos, e confere aos textos uma particular e marcada coerência pragmático-funcional.

Será recortada a orientação saliente desse mesmo discurso no seu todo — orientação que respeita, por um lado, à construção do Locutor como uma particularmente *autorizada fonte deôntica*, e, por outro, à afirmação da justeza ética, da conveniência pragmática e mesmo da oportunidade das disposições legislativas propostas nos textos.

Serão analisadas as diferentes estratégias argumentativas concretizadas e distribuídas por cada um dos textos — sobretudo o do *Foro Real* e o da *Primeyra Partida* —, destacando as que estão envolvidas no desenho do *ethos* discursivo do Locutor, as que utilizam quer argumentos “racionais” e o recurso a *doxas* e *topoi*, num mundo configurado por princípios reconhecidos e aceites (*logos*), quer o apelo às emoções (*pathos*), sobretudo ao medo (de condenação) e à esperança (de salvação). Idêntica atenção será dada a outros as-

pectos relevantes na construção da argumentação-explicação-justificação, como são os que dizem respeito quer à invocação de autoridades e de vozes qualificadas presentes em citações, abundantes, quer ao recurso a variados processos comparativos, envolvendo muito frequentemente a convocação de modelos naturais, quer ainda a narrativas “exemplares”.

Na parte final do capítulo é dado particular relevo à caracterização de aspectos salientes da realização linguística do discurso justificativo em que se destacam as construções causais, as construções comparativas e as construções contrastivas — quer as adversativas quer as concessivas. O estudo contempla a descrição dos valores e usos dos morfemas que marcam essas construções e considera também a análise de segmentos alargados do discurso em que elas operam de modo decisivo.

O capítulo 5 — ARTICULAÇÃO SEQUENCIAL ENTRE O DISCURSO EXPOSITIVO E O DISCURSO JUSTIFICATIVO — surge como extensão e ao mesmo tempo como remate dos dois capítulos anteriores. É quase integralmente preenchido por *tabelas* que visam representar de forma condensada o modo efectivo como no corpo de uma mesma lei se conjugam esses dois tipos de discurso legislativo. Esta representação compactada em *tabelas* faculta para cada texto uma visão de conjunto.

No capítulo 6 — SÍNTESE DE ALGUNS ASPECTOS DIACRÓNICOS — será feita uma apresentação sistematizada das mais importantes observações com incidências diacrónicas suscitadas pela análise do *corpus*. De acordo com a orientação básica que preside ao trabalho, será dada particular atenção ao estudo de fenómenos de evolução em curso no âmbito do funcionamento semântico-pragmático de operadores e conectores envolvidos na estruturação textual/discursiva que só podem ser descritos de modo plenamente adequado por referência aos seus usos nesse mesmo espaço textual/discursivo.

Será registada a presença no *corpus* de formas linguísticas entretanto desaparecidas da língua portuguesa e ainda de partículas ou morfemas aparentemente análogos aos modernos mas que evidenciam, na sincronia representada, um funcionamento discursivo específico, ou seja, que manifestam usos semânticos e pragmáticos diferentes dos que irão estabilizar em sincronias posteriores do idioma; em alguns casos, é mesmo possível surpreender um processo de gramaticalização em curso.

Será também observada a especificidade de aspectos da organização sintáctica, nomeadamente a elevada frequência de uso de morfemas em correlação — que parece constituir uma forma típica, nos textos medievais, de traduzir ligações entre orações — e a presença de fenómenos de inversão da ordem dos constituintes do enunciado. Estes aspectos têm nítidas implicações de âmbito discursivo porque configuram fenómenos de topicalização e de focalização que se repercutem nos mecanismos de retoma e progressão de informações no texto.

As observações feitas serão postas em confronto com descrições (quando existentes) dos mesmos fenómenos em obras sobre a história da língua portuguesa, numa tentativa de avaliar em que medida os contributos do presente trabalho no âmbito diacrónico são pertinentes e novos no quadro da descrição e caracterização do português arcaico.

O trabalho remata com um segmento, breve, de CONCLUSÃO.